

ENTRE PERMANÊNCIAS E DESCONTINUIDADES: O LEVANTE “CONSTITUCIONALISTA” DE 1932 E A BATALHA CONTRA O ESQUECIMENTOJoão Paulo RODRIGUES*¹

Resumo: Problematizar a memória do levante “constitucionalista” de 1932 gravada materialmente nas ruas e praças de São Paulo, refletir sobre os lastros históricos que a compõem, tentando aferir as mudanças e permanências que o tempo e a sociedade se encarregaram de fomentar, são algumas das questões abordadas neste artigo. Para levá-las a efeito, as trilhas abertas pelo *marco aos voluntários de 32*, no município de Assis, parecem alvissareiras, – seja pelos traços que conserva de seu período de fundação, pela leitura histórica nele inscrita ou, ainda, o estado atual em que se encontra – desvelando os complexos meandros dos processos de “enquadramento da memória”, da luta pela preservação e o arbítrio do esquecimento.

Palavras-chave: Memória de 1932 – Marco Assis – Levante.

BETWEEN PERMANENCES AND DISCONTINUITIES: THE “CONSTITUTIONALIST” INSURRECTION OF 1932 AND THE BATTLE AGAINST THE FORGETFULNESS

Abstract: To problematize memory of 1932 “constitutionalist” revolt materially insert in São Paulo streets and squares, to reflect on historical ballast that composes it, trying to discovery changes and permanences that time and society developed, are some questions of this article. To study their, some trails opened by *1932 voluntary landmark* in Assis City are auspicious – they preserve foundation period features or historical reading inserted or current situation they are – understanding trouble complexes of “memory frame” process, preservation fight and discretion forgetfulness.

Key-words: 1932 memory – Assis Landmark – Revolt.

* João Paulo Rodrigues - Doutor em História - FCL – UNESP/ Assis – SP - Brasil. E-mail: perfejp@yahoo.com.br

Introdução:

A historiadora Emília Viotti da Costa, em introdução a uma coletânea de textos e documentos históricos atinentes ao confronto de 1932, lançada em complementaridade às efemérides do cinquentenário da luta, afirmou, de passagem, que a beligerância em pauta havia deixado imagens contraditórias no âmbito da memória, dificultando a compreensão do processo. Em sua perspectiva,

a lembrança da revolução continuou alimentada pelas hostilidades contra Getúlio Vargas, reavivadas em 1945, quando este foi forçado a deixar o poder e mais tarde passou a ser ponto de referência obrigatório de todos aqueles que lutaram contra o getulismo e seu legado. Por isso permaneceu tão viva na história.²

Desta feita, fica assinalado que a associação de 1932 à hostilidade ao governo Vargas e sua memória forneceu ímpeto e subsídios à lembrança do enfrentamento, moldando, em certa medida, as versões opostas que se cristalizaram com o tempo. Não obstante, talvez a conotação política não seja a única razão para a qual se deva atribuir a continuidade desta *história tão viva* – sobretudo nos monumentos, ruas e praças de São Paulo –, afinal, diversas iniciativas, nem sempre vinculadas ao rancor anti-getulista, são efetuadas hodiernamente, com a intenção notória de celebrar no presente os sonhos e paixões idealizados no passado.

No âmbito cultural, nesse sentido, no qual a batalha pela memória é travada diariamente, as iniciativas para a perpetuação da lembrança da resistência se multiplicaram ao longo dos anos, por meio da vasta produção dos memorialistas, das publicações aclamativas nos meios de comunicação, da criação de associações de ex-combatentes, dos eventos festivos em datas comemorativas, dos monumentos históricos, ou até mesmo da historiografia.

Em descompasso a este denso movimento de combate pela preservação de uma determinada perspectiva interpretativa, porém, o correr dos anos majora violentamente o embotamento social, senão o esquecimento dos fatos testemunhados pelo passado. Não raro, no cenário mundial, como sublinha Jean-Pierre Rioux, memórias inteiras se desestruturam, mediante a aceleração do tempo e do acontecimento instantâneo, relegando tradições outrora vigorosas à aparente perda de significado.³

O auge desta outra faceta do processo, no que concerne à memória materializada em lugares, conflui, segundo Françoise Choay, com a transformação dos olhares sobre o monumento histórico, o qual em outras épocas servira, de modo predominante, como repositório de lembranças e nos dias atuais passou a ser tratado, sobretudo, como local turístico, mais voltado para a lucratividade do que para a rememoração.⁴

Este texto almeja refletir sobre a memória do levante de 1932 em meio às tensões do processo mencionado, enfocando, para tanto, a lembrança inscrita em monumentos e, particularmente, no marco dedicado aos voluntários de 32 na cidade de Assis/São Paulo. Interessa aferir os limites que permeiam a luta pela preservação, mediante o avanço inexorável do correr dos anos e, também, lançar luzes que permitam problematizar o estado atual do monumento e da memória.

Cumprе esclarecer ao leitor que o percurso analítico perpassa brevemente o trajeto de elaboração e consagração da versão oficial de interpretação do levante, visando demonstrar os principais elementos conjunturais que favorecem, no âmbito discursivo, a composição da memória coletiva estadual atinente ao assunto. No segundo momento, averiguam-se as lembranças que se materializaram em lugares, assim como os traços de continuidades e permanências da versão criada nas décadas posteriores ao armistício, caminho que avaliza e conduz o enfoque à abordagem da periclitante condição hodierna da memória de 32 inscrita nas ruas de Assis, interior de São Paulo.

I – Pós-beligerância: elementos de uma batalha instantânea pela memória

Terminada, com o fracasso militar, a tentativa da classe dominante paulista de recobrar a preponderância política perdida para o “tenentismo” após 1930, irrompe espontaneamente a batalha pela memória, da qual o grupo do jornal *O Estado de São Paulo*, porta-voz da burguesia estadual, é protagonista incontestado. Ainda no desespero da derrota, das punições e da agitação popular – sempre perigosa para os poderosos –, o periódico decide investir em uma estratégia perspicaz, qual seja a de esvaziar o sentido negativo do malogro, valendo-se apenas do *admirável entusiasmo cívico* com que o povo se empenhara no combate ao Governo Provisório.

Nesta perspectiva, a impotência bélica demonstrada nas trincheiras não anularia, de forma alguma, o êxito e a vontade popular que continuariam invictos:

Não se resigna á escravidão nem se considera vencido, um povo que fez o que o povo de S. Paulo, com admiração geral, acaba de fazer. Uma energia, que se tempera ao fogo das batalhas, não fraqueja ao primeiro revés. A S. Paulo falhou tudo, menos o heroísmo de seus filhos. Esse heroísmo não desapareceu nas trincheiras que o infortúnio nos fez abandonar. Subsiste, intacto, nos corações dos nobres voluntários que salvaram a honra do Brasil. Da mesma ou sobre outras formas, há de manifestar-se, amanha, mais cedo ou mais tarde, para maior glória da nossa terra e da nossa gente.

A luta não acabou: vae transformar-se. Não é a vontade deste ou daquele que o ordena; é uma fatalidade histórica a que ninguém poderá fugir.⁵

Estava decidida para o jornal – ainda em meio aos dissabores da derrota – a versão a ser preservada no âmbito da memória: o povo de São Paulo, unânime e heróico, levantou-se em armas contra os desmandos da nefanda ditadura e embora não tenha obtido a vitória bélica, também não fora vencido em seu ideal, o que o articulista considera mais importante que o próprio resultado do confronto. A instauração plena da justiça, aliás, seria uma fatalidade histórica inamovível.

Esse viés fatalista e grandiloquente a que o jornal recorre, não por acaso, reveste-se de especial enlevo na argumentação. A importância que o mesmo assume desvela, emblematicamente, as raízes mais profundas que emolduram o discurso laudatório, apresentando, de forma cristalina, as similaridades irrestritas da versão defendida pelo jornal *O Estado de S. Paulo* com a retórica propugnada por vigorosas correntes intelectuais regionalistas, dentre as quais militavam, inclusive, adeptos do separatismo.

Já no livro *O Caso de S. Paulo*, publicado em 1931 pelo jornalista Vivaldo Coaracy, de *O Estado de S. Paulo*, com o apoio da *Liga de Defesa Paulista* (LDP),⁶ anunciava-se, como arauto, que a preponderância não só da Constituição, mas de São Paulo sobre os outros estados da nação seria uma fatalidade histórica e econômica:

Enquanto outras unidades do país permanecem nos estados prévios de civilização em graus evolutivos inferiores, alguns destes representados por actividades que Alberto Torres, numa expressão pitoresca e feliz, qualificou de ‘assalto à natureza’, outras entregues aos longos lazeres semi-nômades do pastoreio, outras ainda já fixadas no

sedentarismo da cultura sistemática da terra; São Paulo envereda decisivamente pela fase industrial da civilização.⁷

Por conseguinte,

para que não se destrua a obra realizada; para que prossiga a marcha evolutiva; para que se edifique uma civilização brasileira neste recanto da América; é necessário, é imprescindível que S. Paulo reconquiste o lugar que lhe compete e pertence dentro da Federação, o posto de orientador, de guia e condutor da marcha do Brasil. É mais do que um direito seu, dado pela sua civilização, comprovado pelo seu passado. É uma necessidade histórica para que este país não desminta o destino a que pode aspirar.⁸

Deste modo, ao que parece, o *enquadramento*⁹ inicial da memória de 1932 encontra abrigo no campo de ressonância mais amplo e denso da literatura e da identidade, remetendo-nos indispensavelmente ao delineamento dos contornos básicos do discurso épico de representação da história de São Paulo, no qual ela se insere e se consolida.

De acordo com Antônio Celso Ferreira, a tentativa de criação de uma identidade paulista, que buscava reconhecimento interno para espalhar-se nacionalmente, apresentando São Paulo como a terra de gigantes desbravadores e de destemidos povoadores do interior, encontrou no modelo da epopéia bandeirante uma base segura. A década de 1870 marcaria o início desta elaboração que atinge os campos da história e da literatura, frequentadas pela intelectualidade regional.

Conforme o autor, todavia, já nos anos 1920 manifestar-se-ia a necessidade de atualizar o aludido discurso, de modo a possibilitar também a integração dos segmentos sociais emergentes numa mesma identidade histórica:

Ecos culturais do indígena e do caipira eram nostalgicamente lembrados como folclore, etnologia e história, aos quais pouco a pouco se iam adicionando ingredientes da cultura popular do imigrante que há três décadas afluía para a terra. A imagem de um território concebido como fronteira sempre aberta, à semelhança dos Estados Unidos, e de uma sociedade maleável e dinâmica, nascida da mescla entre o português e o indígena, berço da aventura bandeirante em direção ao progresso, tinha o efeito

de buscar a reconciliação tanto entre os socialmente desiguais, como também entre os já estabelecidos e os recém-chegados, nacionais e estrangeiros, passado e presente, tradição e modernidade, impulsos ancestrais e energias de resguarda.¹⁰

Nesse sentido, a almejada atualização do discurso épico de representação do passado somente se dá com o advento do modernismo, que o colore em versão de vanguarda. No Brasil, ao contrário do quadro internacional, no qual o movimento significara uma ruptura com as tradições, o modernismo “redescobriu a nação” a partir da eleição da cidade de São Paulo como lugar por excelência da modernidade brasileira. Esta peculiaridade seria fundamental para a reconstituição do discurso épico-regional, revestindo-o com *“imagens futuristas, numa projeção otimista e frequentemente acrítica, presa ao ideário burguês”*.¹¹

O tom da imaginação letrada paulista de 1870, assim, é revisto pelos modernistas como redescoberta de São Paulo. A trajetória gloriosa dos bandeirantes, por exemplo, é reescrita por José de Alcântara Machado como epopeia burguesa, contrapondo à visão idealizada precedente os traços difíceis da realidade enfrentada pelo *self-made* ao fazer-se a si próprio.

De outra parte, a divisão político-cultural desenlaçada em 1925 entre escritores e artistas do modernismo desembocaria na formação de três correntes dentro do movimento: a do verde-amarelismo, a Pau-Brasil e a Antropofágica:

Os verde-amarelos converteram o nacionalismo em programa de ação, empreendendo um verdadeiro culto às tradições brasileiras. Isto os levaria a uma defesa sem disfarces do regionalismo (...) a redescoberta da nacionalidade, perseguida no modernismo enquanto ruptura com as convenções em diferentes pontos de vista críticos, ganhou na nova vertente sentido unívoco de retorno à tradição e à ordem, com sérias implicações políticas. As suas propostas possibilitaram a aproximação do modernismo com as correntes políticas e intelectuais conservadoras de São Paulo, num enlace que alcançou o êxtase em 1932.¹²

Alguns membros do “verde-amarelismo” ocuparam papel de destaque no levante de 1932, entre os quais Menotti Del Picchia, Guilherme de Almeida e Alfredo Ellis Junior – que não fora modernista, mas integrou-se ao grupo por meio de contatos e relações travados em um de seus ambientes de trabalho. É justamente Ellis Junior

um dos mais interessados na celebração da vitória moral da pugna. Deputado, sócio do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e imortal da Academia Paulista de Letras, Alfredo Ellis Junior foi apeado de sua posição política com o fechamento da Assembléia em 1930, quando se tornou professor em ginásios da capital paulista e passou a militar em prol da reconstitucionalização; participou da criação da LDP, contribuiu com a propaganda do levante de 1932 e foi às trincheiras, mas feriu-se e retornou a São Paulo.

Nos trabalhos de Alfredo Ellis Junior e Menotti Del Picchia, entre outros, o discurso político da *vitória moral* do levante, propugnado pelo jornal *O Estado de S. Paulo* no dia quatro de outubro de 1932 – no calor da derrota – reverbera, demonstra sua força e ganha *status* literário-oficial. Ellis Junior, então intelectual conceituado, filia a *Revolução Constitucionalista* à *epopeia bandeirante* do povo paulista, não apenas por meio de suas memórias ou análises historiográficas sobre os fatos, mas, também, no âmbito da imaginação literária, com o romance *Jaraguá*, o qual procura interpretar positivamente a derrota dos *imbatíveis bandeirantes*. Segundo Ferreira,

Incapazes de explicar os fracassos históricos de sua raça pela lógica da ciência, recorrem aos sortilégios da imaginação romântica. Jaraguá, seu principal livro de ficção, representa uma das últimas laudas – a mais exacerbada – de um texto continuamente reelaborado pelos letrados da terra desde 1870 que, no entanto, ainda renderia alguns parágrafos a mais.¹³

Por conseguinte, a luta pela memória de 1932, capitaneada na imprensa instantes após o armistício, encontra auspício na literatura regional, a qual fornece-lhe o conforto da imaginação romântica e da tradição para justificar o malogro dos campos de batalha. Se isso não bastasse, entretantes, os sucessos alcançados pelo estado no plano político-econômico nos anos subsequentes ao confronto contribuem decisivamente para a consagração da interpretação aclamativa do levante de 9 de Julho.

O reagrupamento rápido da elite paulista neste processo, fragmentada pela prisão e o exílio de importantes lideranças, fica sob incumbência de entidades como a *Federação dos Voluntários de São Paulo*, a qual constituída logo após a pugna contribuiria para a campanha de alistamento eleitoral e a organização de uma *Chapa Única por São Paulo Unido*, elegendo a mesma dezessete dos vinte e dois membros da bancada paulista na Assembléia Constituinte de 1933/1934.¹⁴

Os resultados concretos da rearticulação de forças que se processa pós-beligerância culminam na nomeação, apenas dez meses após a luta, de Armando Salles de Oliveira, paulista e civil, para a interventoria no estado.¹⁵ Em 1934, implanta-se a Constituição e o então interventor se torna Governador eleito, administrando até dezembro de 1936, quando se afasta do cargo para disputar a presidência da República.

Os êxitos da via político-econômica, aliados aos esforços das correntes intelectuais regionalistas, além disso, contribuíram em grande medida para os destinos da abundante produção memorialística sobre a resistência – que conta com aproximadamente duzentas e cinquenta obras, sendo que, mais ou menos, cento e cinquenta delas foram publicadas entre os anos de 1932 e 1937.¹⁶

A ampla e significativa produtividade dos memorialistas, que, evidentemente, não é monolítica – embora não seja possível delimitar suas diferenciações neste artigo¹⁷ –, carrega, em seu bojo, conforme Karina Elizabeth Serrazes, o desejo candente de eternizar as lembranças sobre os fatos vividos:

Diversos relatos foram escritos durante ou logo após o desenrolar dos fatos, muitos deles compõem narrativas acaloradas das ocorrências diárias das batalhas, outros procuram detalhar as divergências políticas que desencadearam o movimento, e há ainda aqueles que tentam justificá-lo. Apesar dessas várias perspectivas de narração e análise dos acontecimentos, o que parece aproximar esses relatos é o desejo de testemunhar, de opinar, de deixar registrado para as futuras gerações o legado de uma época.¹⁸

Deste modo, os anos que sucedem imediatamente o levante – sobretudo após 1934, quando declina a censura imposta ao estado no final da luta – testemunham o crepitar de uma intensa batalha pela memória que se dá, germinativamente, no âmbito discursivo e que a despeito das divergências interpretativas, almeja pautar o seu legado às gerações vindouras. Nesse quesito, a versão épica da pugna detém primazia, pois se filia a uma tradição regional mais antiga e conta com a simpatia das correntes políticas em voga no estado. Sendo assim, ela também sairia em vantagem no processo de materialização da memória em lugares, que já se anunciava.

II – Permanências e Continuidades na memória materializada em lugares

Tão logo se amplia o distanciamento no tempo em relação ao levante, criam-se as primeiras agremiações destinadas a preservar de modo mais incisivo a memória da beligerância. A *Associação dos Ex-Combatentes de S. Paulo*, no dia 21 de abril de 1934, solicitava publicamente a adesão dos “*bravos soldados constitucionalistas*” aos seus propósitos e anunciava o apoio ao “*governo que imprimir progresso ao nosso Estado*”. A MMDC,¹⁹ por sua vez, após alguns momentos inativa, retomaria a atividade pública. Estas entidades, aliadas a outras que representam, sobretudo, as elites paulistas, encarregam-se de converter, com maior intensidade, a retórica predominante no vastíssimo âmbito discursivo em ações simbólicas e rituais concretos, nas datas festivas do confronto, salvaguardando o *dever de memória*.

O dia 23 de maio de 1934, nesse sentido, traduz amplamente as tentativas de congregar a coletividade ao culto ufanista da resistência de 1932. O episódio do choque travado entre manifestantes de São Paulo e adeptos do “tenentismo” dois anos antes – por ocasião das disputas pelo governo estadual –, passa a representar um símbolo da tradição aguerrida histórica paulista.

Os guardiões do *dever de memória*, daquilo que se optou por imortalizar, tomam a dianteira na celebração social da data. Por isso, o “Club Athletico Bandeirante”, a MMDC, a Associação Comercial de São Paulo, o Partido Constitucionalista, o Partido Republicano Paulista (PRP), a Federação dos Voluntários e a Liga Confederacionista coordenam os esforços e procuram todos os meios de comunicação do estado, notadamente o rádio, a fim de convocar a população para:

festejar condignamente, uma das maiores datas do seu calendário cívico, 23 DE MAIO.

As associações promotoras das comemorações projetadas para esse grande dia escusam-se de lembrar ao heróico povo paulista, o feito glorioso que vive na memória de todos os filhos dignos desta nobre terra...²⁰

A despeito das disputas discursivas e dos cerimoniais controlados pela polícia no ano de 1933 – em virtude da pacificação do estado – as efemérides de maio de 1934 congregam os paulistas na consolidação das lembranças compatíveis com o momento político vivido pelo estado, que encontram, de certa forma, ressonâncias na tradição regional. Privar 1932 do esquecimento é, ainda, dialogar com a memória dos mortos no confronto e prosseguir a luta pelos objetivos que lhes ceifaram a vida. Não

por acaso, a programação dos festejos de 23 de maio inicia-se com a missa solene na Basílica de São Bento e envolve visitas ao cemitério da Consolação, onde estavam enterrados alguns dos mortos na insubordinação e no choque de maio.

Não se trata, obviamente, de lamentar a perda das vítimas na resistência, com o intuito exclusivo de fortalecer o luto doloroso, mas, enfatizar o heroísmo com que os *constitucionalistas* se vinculam a seus progenitores ancestrais e servem, portanto, como protótipos para a identidade cultural paulista e a inserção do estado na vida nacional. Afinal, as vidas que pereceram e o sacrifício de São Paulo representam um holocausto para o bem do Brasil, como fica claro nos discursos de Pedro de Toledo e de outros ícones do levante que se pronunciam nas solenidades públicas da festividade e nas rádios.

Pode-se dizer até mesmo, valendo-se das reflexões de Maurice Halbwachs – e tendo em vista os seus limites – que esse processo de “enquadramento” e celebração social da memória provém de tentativas mais ou menos conscientes de reforçar o sentimento de pertença individual à coletividade estadual, e definir as fronteiras culturais que diferenciam São Paulo dos outros estados da nação.²¹

Pouco tempo depois, a Federação dos Voluntários de São Paulo, integrada ao Partido Constitucionalista, com a cooperação da MMDC, iniciava os preparativos para a sugestiva *Parada da Vitória*, a realizar-se no dia 9 de julho de 1934. Para tanto, dois meses antes da data já se organizavam comissões incumbidas de viabilizar as comemorações, que deveriam ter “*um caracter nitidamente paulista, reunindo, num abraço fraterno, todos os ex-combatentes que em 32, souberam se unir num mesmo carinhoso applauso do ideal de São Paulo*”.²²

Os líderes de batalhões convidavam os ex-integrantes a se reunir, as associações e agrupamentos estudantis fomentavam uma campanha cívica de divulgação das festividades, distribuía-se broches com insígnias que lembravam a data. Ao mesmo tempo, anunciava-se a construção de um grandioso mausoléu para receber os despojos dos mortos na ocasião.

Chegado o dia, procedem-se atividades festivas em todo o estado. Na capital, com maior evidência, ganha destaque o desfile dos ex-combatentes, que, como lembra Marcelo Santos de Abreu, traduzem nos lugares por onde passam uma determinada representação do passado há pouco vivido:

O percurso dos ex-combatentes em sua marcha criava um princípio ordenador do espaço da cidade que articulava os

tempos da história recente. Partia-se, nas proximidades dos cemitérios, de um presente carregado da memória dos mortos para chegar ao largo de São Francisco, ao ‘berço civil da revolução’, lugar que remetia ao passado ainda vivo nas lembranças dos primeiros dias do movimento constitucionalista. Mas a ordem dos “paulistas” no desfile, como um procedimento metonímico, também articulava toda a história da revolução inscrita na hierarquia dos ‘setores’ do teatro de operações: era como se todo o espaço regional marcado pela experiência da guerra afluísse para a capital.²³

As solenidades públicas, que perpassam o 9 de julho de 1934, perpetuam, assim, talvez mais do que os fatos de 1932, os êxitos obtidos no período de reorganização do estado após o levante. Na difícil negociação com o luto e as lembranças inquietantes é, certamente, interessante aos grupos que detêm as instâncias de consagração e, não raro, vinculam-se ao escol político-econômico, imortalizar, nos diversos lugares de memória, a sensação positiva e apaziguadora de uma vitória moral da gente bandeirante, marco fundador da redefinição da partilha do poder nacional, obtida, entretanto, no processo posterior ao ocaso bélico. As lembranças mais críticas no estado, que desvelam o caráter de uma luta sem o preparo militar adequado, ambicionando impor à federação uma condução política exclusivamente favorável ao desenvolvimento econômico de São Paulo, e que não prima pela melhoria das condições de vida da população trabalhadora, ficam soterradas pelo violento processo de “enquadramento da memória” que, aos poucos, conta com a apropriação oficial do Estado.

Esse *dever de memória* consolida-se em palavras, lugares,²⁴ ritos e atos e é reavivado diariamente. A promulgação da Constituição de 1934, o retorno da bancada paulista ao estado, recebida em vinte de agosto de 1934 com festejos e discursos, e até mesmo a nomeação de um representante paulista para a Pasta da Justiça do governo eleito de Getúlio Vargas corroboram para fixar a “Revolução Constitucionalista” como um marco político da história estadual. Como um discurso de poder, a memória que se escolhe celebrar aparece estampada em *O Estado de S. Paulo* nos limites de julho de 1934, por ocasião da promulgação da Constituição: “A NOSSA GUERRA NÃO FOI INUTIL PORQUE VENCEU NOS OBJECTIVOS DE S. PAULO: CONSTITUIÇÃO, AUTONOMIA, HEGEMONIA”.²⁵

Ainda durante o ano de 1934 seria fundado o Clube Piratininga, entidade autodenominada responsável pela preservação dos ideais e da memória de 1932. No

mesmo período, avultou-se a *Campanha Pró-Monumento Mausoléu do Soldado Constitucionalista*, transformada em fundação em 1938.

Nas décadas seguintes verificar-se-iam tentativas ainda mais contundentes de perpetuar 1932 como episódio nobre da história gloriosa paulista: em 1954, por exemplo, durante as comemorações do Quarto Centenário da capital, inaugurou-se o Obelisco Mausoléu e o Parque Ibirapuera e em 7 de julho do mesmo ano foi fundada a Sociedade de Veteranos de 32 – MMDC.²⁶

Nesta ocasião, a escol paulista não hesita em reafirmar sua fé em São Paulo e em suas obras, declarando-se pouco interessada pelo resultado do combate bélico. Participante dos festejos do Quarto Centenário da cidade, a conceituada Livraria Martins Editora publica o *Álbum de Família de 32*, esclarecendo, logo de início, que

Este livro não pretende ser uma história gráfica da Revolução de 32. É, isto sim, como seu nome indica, um álbum de recordações dos momentos gloriosos que São Paulo viveu durante a campanha constitucionalista.²⁷

O editor, José de Barros Martins, soldado de 1932, não oculta que, dentre as motivações que o impulsionaram a publicar o *álbum da família bandeirante*, estava a preocupação em não permitir o esquecimento dos belos fatos desencadeados no estado que, na voragem do tempo, via ameaçados, sobretudo, pelo desaparecimento do documentário da época, suporte material da memória. Porém, ressalta que também não lhe interessava produzir uma obra analítica sobre o tema, mas oferecer um retrato vivo das principais etapas da peleja, trazendo “*sua contribuição para que aqueles dias de entusiasmo, sacrifício e abnegação, permaneçam impressos na memória de todos os paulistas*”.²⁸

Para tal finalidade, lança mão, reiteradas vezes, da linguagem viva dos símbolos da época, que são expostos esmeradamente ao longo livro, por meio de fotos, cartazes, mapas, cartões-postais, jornais, anéis e alianças, do *bônus* paulista, dos selos e dos panfletos. A figura abaixo sintetiza bem a memória que se objetivava celebrar, passados vinte e quatro anos do levante:



Imagem 1: Soldado constitucionalista na defesa de São Paulo. CINQUENTENÁRIO da Revolução Constitucionalista de 1932. São Paulo: Secretaria de Estado da Educação, 1982.

Desarmado, mangas arregaçadas, expressão com marcas de abnegação e, emblematicamente, de peito aberto o combatente paulista oferece antes sua própria vida diante de um suposto inimigo à afronta as insígnias de São Paulo. No monumento em segundo plano, ao lado dos emblemas do estado, o braço armado dos heróis que haviam tombado em sua *missão sagrada*, permanecendo, entretanto, São Paulo invicto, como assinala a inscrição abaixo de seus pés: “*A razão e o direito vencem – Ainda que desarmados!*”.

Alegoricamente, se reproduz o mesmo discurso veiculado pelo jornal *O Estado de S. Paulo* após o armistício, reafirmando a proposição de que não foram os paulistas que provocaram a luta, afinal, eles estariam com sinceridade e valentia, ainda que sem armas nas mãos, defendendo sua terra e suas tradições. A derrota militar, além disso, não significara o encerramento da luta paulista pela hegemonia nacional, pois a razão e o direito – que teriam sido implantados depois – estavam ao lado de São Paulo. De outra parte, o povo, representado na imagem pelo soldado comum, é tido como o protagonista da peleja – e age na defensiva e não no ataque – o que também almeja afastar a hipótese da motivação política e mesquinha do combate. Retomar essa imagem duas décadas após a resistência – e durante a comemoração do Quarto Centenário da cidade de São Paulo – é reafirmar as explicações dos contemporâneos para a luta e, ao mesmo tempo, celebrar a *vitória moral* paulista.

Nas palavras do editor, se define limpidamente o objetivo da empreitada:

Almeja apenas ter um lugar em cada lar paulista, como representação simbólica, como um repositório de lembranças, onde o olhar retrospectivo dos filhos de Piratininga possa, de quando em quando, pousar saudosamente e retemperar o seu brilho na orgulhosa visão desses memoráveis fastos.²⁹

Em 9 de julho de 1955, a Assembléia Legislativa de São Paulo criaria a medalha 9 de Julho, concedida anualmente aos ex-combatentes. No ano de 1957, em meio às celebrações dos vinte e cinco anos do enfrentamento, a grande imprensa paulista publicou suplementos especiais exaltando os feitos épicos de 1932, destacando-se o jornal *O Estado de S. Paulo* com edições em rotogravuras.³⁰

Além disso, nas datas mais significativas, as manifestações se avolumam, a exemplo de 1982, quando se comemorou o cinquentenário do levante. Nesta ocasião, foram feitas diversas publicações de memorialistas, da grande imprensa e de centros de documentação preocupados em divulgar seu acervo a respeito do tema e fomentar o estudo do mesmo, corroborando para manter vivo o interesse popular. Sobressaem as coletâneas de documentos de época, fac-similados, e de artigos de jornal com diferenciadas posições e interpretações dos contemporâneos e, também, a reedição do *Álbum de Família de 32*.

Dentre as cerimônias de comemoração pelo cinquentenário, as iniciativas do Governo Estadual se destacaram. Durante a administração de Paulo Maluf, a Secretaria da Educação, em parceria com o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, a Sociedade de Veteranos de 32 – MMDC, o Clube Piratininga, a Polícia Militar e a Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, organizou um ciclo de palestras, envolvendo inúmeras diretorias de ensino no estado, cuja finalidade exclusiva seria tornar palpável o valor histórico do conflito de 1932 para os destinos da nação brasileira.³¹

Todos estes episódios demonstram, meridianamente, que o distanciamento no tempo não diminuiria o ímpeto do Estado e tampouco das associações de ex-combatentes em privar do esquecimento a versão oficial do confronto que, aliás, foi laureado com o feriado nos anos de 1990 e materializado em diversos lugares de memória. Esta escala de observação dos fatos, entretantes, se tem o mérito de evidenciar as permanências e continuidades da memória dominante na longa duração,

negligência, de outra parte, os efeitos desencadeados pelo tempo e as transformações sociais num modelo interpretativo criado na década de 1930.

Nesse sentido, um olhar mais detido sobre a situação atual dos monumentos erigidos no percurso aludido, suportes da lembrança, parece provocador quanto ao propósito de aferir os limites, rupturas e discontinuidades que, obviamente, compõem o trajeto da memória. Variando a escala de análise, a instância local aparece como dimensão alvissareira, pois é capaz de revelar as experiências mais complexas. Como sinaliza Revel, *“a aposta da análise microsocial – e sua opção experimental é que a experiência mais elementar, a do grupo restrito, e até mesmo do indivíduo, é a mais esclarecedora porque é a mais complexa e porque se inscreve no maior número de contextos diferentes”*.³²

Mediante tais pressupostos torna-se de grande interesse para finalidade de análise, averiguar o percurso da memória que ficou inscrita nas ruas e praças de São Paulo. O interior do estado, distante, portanto, dos centros de maior prestígio na consagração da leitura do passado, parece ser emblemático como ponto de partida para tal intento.

III – O Marco aos Voluntários de 32 e os Limites de um Enquadramento

A densidade das iniciativas pela preservação da memória, como se aludiu acima, não se restringiu aos grandes centros ou, ainda, limitou-se ao âmbito discursivo. No interior do estado, em sintonia com a chegada das publicações festivas, a lembrança da resistência materializou-se em instâncias diversas, seja em nomes de ruas, praças ou em monumentos.

No município de Assis, por ocasião dos quarenta e cinco anos do confronto, em 1977, fez-se inaugurar, por iniciativa do poder público e da agremiação de ex-combatentes *Veteranos de 32 - MMDC*, o *marco aos voluntários de 32*.³³ De viés aclamativo, a importância que se atribuía ao monumento à época fica patente já na escolha do local em que o mesmo seria construído, isto é, na região central da cidade, entre a principal avenida, onde se definem a vida econômica e política do município, e a Estrada de Ferro Sorocabana, outrora sinônima do progresso paulista e nas décadas posteriores ícone da tradição regional.

O significado que o marco assumira nos idos de sua fundação, contudo, não se afere apenas por seu posicionamento geográfico. A partir das imagens fotográficas do ato de inauguração, percebe-se a inserção do acontecimento, e provavelmente do

assunto, entre a comunidade que, a despeito do relativo distanciamento cronológico dos fatos, comparece ao evento, representada por idosos, adultos e, inclusive, a juventude estudantil.



Imagem 2: Inauguração do Marco aos Voluntários de 32. – Assis, 1977.
*Acervo pessoal de Helena Ribeiro Tucunduva.*³⁴

A aglomeração de pessoas vislumbrada na fotografia compõe-se de diversos segmentos da sociedade civil assisense, abrangendo desde as meninas participantes do *Movimento Bandeirante*, no canto inferior direito, passando pelos jovens integrantes do *Tiro de Guerra*, com presença maciça no segundo plano da imagem, as corporações militares – as quais, aliás, realizaram papel de grande abnegação durante o enfrentamento, diante da relativa fragilidade bélica de São Paulo –, as lideranças políticas do município e a imprensa, entre outros, até os ex-combatentes – civis e militares – que, na opção do fotógrafo, assumem a posição central na imagem.

Desta feita, ao que parece, reveste-se de especial enlevo no cerimonial o lugar conferido no cerimonial aos ex-voluntários, remanescentes do confronto. Se ao redor do monumento que se inaugura concentra-se a população em geral, a posição central destina-se aos diversos combatentes, que neste momento se portam, de fato, como *guardiões da memória*. São eles que recebem homenagens das mãos das autoridades constituídas na cidade, descortinam o marco e, principalmente, são chamados a fazer uso da palavra para expor oficialmente e de forma pública suas lembranças sobre a pugna. Nesse quesito, emblemático é o posto ocupado pelo senhor José Tucunduva Neto, presidente da *Sociedade Veteranos de 32 – MMDC* em Assis e participante do confronto armado, que aparece na imagem 2 exatamente ao centro, ao lado do repórter Augusto Neves – que entrevista os demais organizadores do evento. Trajado de terno escuro, com as medalhas constitucionalistas no peito, a braçadeira dos

combatentes no ombro e um pedaço de papel nas mãos ele se prepara para o discurso que faria, antes de descerrar a cortina do monumento.

O clima solene da inauguração também é assegurado pela fala do prefeito municipal à época, Tufi Jubran, que mais tarde galgaria ao posto de deputado estadual. A importância do ato traduz-se, ainda, na presença da imprensa local e da população que, na ausência de espaço, se posta, até mesmo, atrás do marco (ver imagem 3).



Imagem 3: Marco visto de frente – 1977.
Acervo pessoal de Helena Ribeiro Tucunduva.

O caráter simbólico da cena que se descortina, no entanto, atinge o ápice na apresentação do monumento, que, visto frontalmente, aparece entre as bandeiras hasteadas do Brasil e de São Paulo, como que inscrevendo, de modo imponente, o levante de 1932 na síntese do que havia de positivo no país. Na representação ao centro do marco, a qual reproduz o emblema que fazia parte da braçadeira dos soldados paulistas durante a beligerância, alocam-se as listas que aludem à bandeira do estado e também aos contornos geográficos que remetem ao mapa do Brasil, tendo em foco o capacete do soldado *constitucionalista*, – agora identificado como sociedade veteranos de 32 MMDC – gravado na região tida como o coração da pátria.

Notam-se, na representação inscrita no monumento, diversos elementos que fazem parte da versão aclamativa de interpretação do levante. Entre as mais evidentes, a recusa à suposição de que a luta tivera propósito separatista, já que São Paulo não teria pelejado contra o Brasil, mas em sua defesa. O capacete do soldado paulista, dentro do mapa nacional – pelas imagens mais recentes, pintado na cor verde – desta forma, traduz a idéia de união que estaria em pauta. De outra parte, a

hipótese de motivação política também é veementemente afastada, a partir da valorização conferida ao soldado comum – representado através do capacete de aço – e da ausência de qualquer menção a disputas políticas por parte de São Paulo, inclusive a luta pela Constituição. Assim, seria com os mais sinceros propósitos de derrubar a tirania e defender seu território que o voluntário paulista pegara em armas; e, de fato, mesmo com a derrota militar, seu feito teria sido grandioso, pois redimira a pátria.

Desta feita, construído no centro da cidade, região de grande circulação de pessoas, o *marco aos voluntários de 32* trazia embutido o anseio de ligar o passado ao presente do estado, representando o combatente paulista comum como o defensor de sua terra. Seria ele a aposta para canalizar e fortalecer a memória de 1932 contra a ameaça do esquecimento que se avizinhava, a medida que os anos transcorriam e o limite do tempo das testemunhas se instaurava implacavelmente.³⁵ Para tanto, esperavam os seus idealizadores, que o marco inscrito na praça de Assis se tornasse um semióforo³⁶ para as gerações vindouras, atualizando a leitura épica do passado.

Uma visada sobre o monumento em pauta nos dias atuais, portanto, parece alvissareira a fim de avaliar os limites do projeto acerbamente construído pelos ex-combatentes e o Estado (ver imagem 4). Em detrimento ao prestígio que gozara nas proximidades do cinquentenário da resistência, o correr dos anos parece ter afrouxado os laços de identidade social com a versão oficial da pugna. Enquanto as associações de ex-combatentes, cada vez mais privadas de seus membros, embora com o apoio do Estado, lutam contra o esquecimento, a memória inscrita nas ruas aparentemente não foi transmitida e preservada pelas gerações mais jovens:



Imagem 4: O marco três décadas depois – Novembro/2008.

Modificado por pequenas reformas ao longo dos anos, não obstante, o que chama atenção nas imagens hodiernas é a ausência dos cuidados e da preservação do local que abriga o monumento. Ainda que esteja localizado no centro da cidade – posição em que é impossível não ser visto pela população e pelo poder público – o marco acusa violentamente os traços da ação do tempo e do vandalismo e, por conseguinte, se mostra desprovido de toda pompa que a leitura épica nele inscrita sugeriria.



Imagem 5: Marco em Assis visto por trás – Novembro/2008.

Para além das falhas na pintura, remodelação dos símbolos e substituição da placa com os seus dados básicos, o marco ainda foi alvo de pichações na parte de trás, as quais, a despeito de sua vultosa proporção e do fluxo de movimento no local, não geraram a pronta iniciativa de reparar o dano pelas autoridades municipais.

Neste percurso fica latente a questão relativa à reorientação da atitude do poder público, que outrora inaugurara o marco em festiva solenidade e, no presente, mesmo com a oficialização do feriado de 9 de Julho, não demonstra interesse em celebrar socialmente o feito e preservar a memória. De outra parte, a profusão de pichações e a convivência da população em não cobrar maior rigor aos responsáveis pela segurança e a manutenção do local desvelam, em ambivalência, a perda de significado do mesmo como repositório de lembranças para a sociedade em geral, senão da própria memória do confronto de 1932. A que atribuir tal descaso, se quarenta e cinco anos após o levante ainda eram construídos monumentos com a finalidade de eternizar o feito? O que aconteceu neste espaço de tempo que justifica o esquecimento coletivo e, inclusive, o abandono pelo poder público?

Pistas para refletir sobre este processo advêm das análises de Jean-Pierre Rioux e François Dosse³⁷ que, apesar de se dedicarem, em grande medida, à

discussão sobre as nuances sempre variadas da relação entre história e memória no âmbito francês, abrem sendas importantes também para pensar outras sociedades, em geral afetadas pelas incertezas do futuro – às quais alude brilhantemente Pierre Nora³⁸ – os questionamentos e a fragmentação das memórias nacionais.

A partir do exposto até então, asseverou-se que a fim de reforçar o sentimento de pertença individual à coletividade estadual,³⁹ procedeu-se após 1932 um intenso trabalho de “enquadramento da memória” em São Paulo, nutrindo-se, em ambivalência, de objetos materiais e discursos organizados, tais como as obras de memorialistas. Este processo cumpre lembrar, como afirma Pollak, não é pacífico, pois, ao contrário, invade e uniformiza as culturas minoritárias e individuais, relegando-as, via de regra, ao silêncio.⁴⁰

Não obstante, se em décadas passadas a consagração da memória dominante contava com a subserviência da história, dócil aos ímpetos do Estado-nação, hodiernamente no cenário mundial a história se dissocia da atribuição de celebrar a “memória da pátria”, a qual, por sua vez, também é severamente questionada pela voragem de novas tendências e já não corresponde plenamente aos anseios sociais.

Diversos fatores estão incrustados nesse desmoronamento do caráter unitário e linear da história-memória – que foge aos objetivos propostos aqui esmiuçar – impulsionado no território francês a partir dos anos 1970, e que culmina na problematização da memória pela história e da história pela memória. Em síntese, pode-se dizer que, conforme Dosse ao parafrasear Nora, ocorre uma presentificação social de consequências amplas, pois: “*O presente se tornou a categoria de nossa compreensão de nós mesmos. Mas um presente dilatado*”.⁴¹

Rioux, por sua vez, lembra que a “tirania da memória” experimentada pelos franceses, em sintonia com a diluição da *França rural* e da ameaça a *memória operária*, não provocou os historiadores impunemente. A memória coletiva herdada, vítima de séries de transformações e choques sucessivos, enfraqueceu-se e, em diversos momentos, o social conseguiu passar à frente do nacional, renunciando o “*fim da visão da história em continuidade, partilhada e nacionalizável*”.⁴² O passado linearizado pela história nacional tornou-se incapaz de abranger a singularidade de memórias plurais e com a imprevisibilidade de um futuro um pouco mais avassalador, “*o dever de memória faz de cada um o historiador de si mesmo*”.

Nesse ambiente, se, como assegura Pierre Nora, a história se caracteriza pelo olhar crítico, seu saber, no entanto, já não se encontra estaque ao vivido e “*é forte a tentação de passar a linha de demarcação e tirar partido da interpenetração entre uma*

história constitutiva da memória nacional... e memórias parcelares que alimentam a identidade dos grupos que as têm ou as reinventam".⁴³ Isso tudo contribuiria para ganhar corpo uma nova história social da memória, que ajudaria a disciplina histórica a refletir sobre si mesma e efetuar progressos metodológicos e temáticos importantes.

A história da memória, então intentada, valendo-se, por exemplo, de conhecimentos provindos da história oral, produziu, entre outras coisas, uma irrupção do vivido "bruto" e do imperativo do indivíduo no campo, fortalecendo, dessa forma, a história de grupos negligenciados pela tradição escrita, cujas recordações apresentavam desarmonia com a visão demasiado linear e oficial do correr do tempo.

Desses estudos evidencia-se, além disso, que *"o peso da história nas memórias coletivas é, pois, muito variável, desde a ausência até a obsessão... E os grandes acontecimentos colectivos são desigualmente interiorizados"*.⁴⁴ Acrescente-se, ainda, que o teste da memória aplicado ao monumento nacional que é a história da França demonstrou eloquentemente o definhamento da "memória-nação" e, em igual proporção, os limites sociais e cívicos da "memória-patrimônio", erigida em seu lugar e ofuscada pelo culto narcisista contemporâneo.⁴⁵

Conseqüentemente, para Dosse, *"A memória é portanto, como a história, um modo de seleção no passado, uma construção intelectual, e não um fluxo externo ao pensamento"*.⁴⁶

Ainda que a configuração deste debate teórico-metodológico esteja eivada pelas inquietações despertadas na sociedade francesa e, de modo particular, das conseqüências do definhamento da memória nacional, ladeado, pelo revigoreamento de memórias plurais naquele ambiente, este limite temático, não obstante, não inviabiliza o encaminhamento de hipóteses explicativas lançadas pelos autores, por analogia, à sociedade brasileira e, sobretudo, à memória de 1932.

A contribuição mais notável desta discussão recai sobre o estado atual da celebração conspícua rendida ao levante, cuja conformação demonstra, de modo clarividente, as tentativas incansáveis do Governo Estadual de perpetuar o caráter unitário e linear da "história-memória" ao longo do tempo, ao passo que a memória coletiva paulista, como sinaliza claramente o itinerário do *marco aos voluntários de 32*, encontra-se fragmentada por memórias plurais, nas quais, a influência da história oficial é extremamente variável e, em geral, predomina o esquecimento social.

Nesse sentido, sobressai a ponderação de que a memória é também uma construção intelectual, um modo de seleção do passado, como sinalizara Dosse. Daí a relevância da atenção ambivalente ao esforço de estruturação da memória coletiva em

torno a um grande acontecimento no âmbito estadual – que se deu na década de trinta – e, de outra parte, aos grupos humanos negligenciados nesse processo, cuja ausência, certamente, auxilia a explicação do estado atual dos fatos passados.

A memória inscrita no marco aos voluntários de 32, no município de Assis, desvela de forma alguma estar alheia às redefinições que se processam a nível mundial e, também, não passa incólume aos questionamentos feitos à construção arbitrariamente estruturada. Emblematicamente, até os anos 1970 – época em que se inaugurava o marco – o confronto de 1932 vivia sua fase áurea também na historiografia, não acusando críticas a história oficial propugnada. As décadas posteriores, no entanto, se encarregariam de desencadear o abalo, cujas consequências aturdiriam até mesmo os defensores da causa e, como alerta o presente, ecoariam por algum tempo a mais.

Recebido para publicação em agosto de 2009.

Aprovado para publicação em setembro de 2009.

Notas

¹ João Paulo Rodrigues - Doutor em História - FCL – UNESP/ Assis – SP - Brasil.

² COSTA, Emília Viotti da. *1932: Imagens Contraditórias*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1982. p.8.

³ RIOUX, Jean-Pierre. A memória coletiva. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

⁴ CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: UNESP, 2001.

⁵ *O Estado de S. Paulo*, 04/10/1932.

⁶ De acordo com Carlos Henrique Davidoff, o manifesto de fundação da LDP remete a 19 de maio de 1931, com o objetivo de defender as tradições e o patrimônio paulista, ainda que militarmente se fosse preciso. Compunha a entidade pessoas ligadas às faculdades, políticos do Partido Democrático (PD) e do Partido Republicano Paulista (PRP) e intelectuais, cujas resoluções tinham como ponto comum o estabelecimento de táticas de defesa da autonomia política e econômica de São Paulo: “A liga definia-se como uma ‘arma defensiva’, que constituiria força capaz de reagir eficazmente contra incursões e arbítrios nocivos a São Paulo”. DAVIDOFF, Carlos H. *Revolução de 1932*. In: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós 1930*. (Verbetes selecionados). Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br>> Acesso em 11/02/2006.

⁷ COARACY, V. de Vivaldi. *O Caso de São Paulo*. São Paulo: Ferraz, 1931. p.38.

⁸ Idem, p.38.

- ⁹ Utilizo o termo “enquadramento da memória” no sentido adotado por POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n.10, 1992, p. 200-212.
- ¹⁰ FERREIRA, Antônio Celso. *A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: Unesp, 2002. p.261.
- ¹¹ Idem, p.306.
- ¹² Idem, p.328-329.
- ¹³ Idem, p.346.
- ¹⁴ Uma análise mais detalhada sobre a Constituinte de 1933/1934 e a atuação da bancada paulista pode ser encontrada em SILVA, Zélia Lopes da. *A República dos Anos 30. A sedução do moderno: novos atores em cena: industriais e trabalhadores na constituinte de 1933-1934*. Londrina: Ed. UEL, 1999. p.47.
- ¹⁵ Proveniente de família da alta classe média de São Paulo, Armando de Salles Oliveira “destacou-se como engenheiro sanitário, foi presidente da Companhia Mojiana de Estradas de Ferro e participou de negócios de exportação de café”. cursou engenharia civil na Escola Politécnica de São Paulo e concluindo a faculdade passou a trabalhar como engenheiro e empresário, casando-se, pouco depois, com “Raquel de Mesquita, filha do proprietário do jornal *O Estado de S. Paulo*, Júlio de Mesquita, de quem se tornaria amigo e sócio em diversos empreendimentos”. Junto com Mesquita e Cincinato Braga, após aprimorar os conhecimentos no ramo da eletricidade, “projetou e construiu a grande central elétrica do Icem, na cachoeira de Marimbondo”. Em 1927, no entanto, vendeu suas empresas e passou a dedicar maior atenção à Companhia Mojiana. No mesmo ano, com a morte do sogro, assumiu a presidência da sociedade anônima que se tornou proprietária do jornal e veio a desenvolver “atividades preponderantemente econômicas” relacionadas ao mesmo, tendo a parceria de Francisco Mesquita. Filiou-se ao PD, contribuiu significativamente para a organização do IDORT, em 1931, conspirou em 1932 e ocupou cargos de destaque no levante. Após a derrota paulista e o exílio do cunhado, Júlio de Mesquita Filho, assumiu a direção de *O Estado de S. Paulo* até a sua volta, em 1933, ano em que, mesmo diante da oposição realizada a Vargas, seria nomeado interventor em São Paulo. ABREU, A. A. (Org.); LAMARÃO, S. T. N. (Org.); WELTMAN, F. L. (Org.); BELOCH, I. (Org.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-30*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p.5176.
- ¹⁶ As demais obras vieram a público fundamentalmente em datas comemorativas do 9 de Julho ou do aniversário da cidade de São Paulo. Informações citadas por SERRAZES, Karina Elizabeth. *As Faces da Memória: a Revolução Constitucionalista de 1932 na cidade paulista de Batatais*. Franca, 2000. Dissertação (Mestrado em História). FHDSS – Universidade Estadual Paulista, 2000. p. 15.
- ¹⁷ Reflexões mais aprofundadas neste sentido foram desenvolvidas em ampla pesquisa para a consecução de minha tese de doutorado: RODRIGUES, João Paulo. *O Levante “Constitucionalista” de 1932 e a Força da Tradição: Do confronto bélico à batalha pela memória (1932-1934)*. Assis, 2009. 346 p. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista.
- ¹⁸ SERRAZES, Karina Elizabeth. *As Faces da Memória: a Revolução Constitucionalista de 1932 na cidade paulista de Batatais*. Franca, 2000. Dissertação (Mestrado em História). FHDSS – Universidade Estadual Paulista, 2000. p.15.
- ¹⁹ Conforme Carlos H. Davidoff, a MMDC era uma sociedade secreta civil de resistência autonomista e constitucionalista criada após os motins de rua do dia 23 de maio de 1932,

quando entraram em choque elementos da população e aliados do “tenentismo”, culminando com a morte de Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo, que cederiam nome à entidade. A função da MMDC seria abranger e coordenar todas as sociedades secretas do estado. Para tanto, a direção ficou por conta de Aureliano Leite, Sylvio de Campos, Edgar Baptista Pereira, Antônio Carlos Pacheco e Silva, Gastão Saraiva e o Comandante Pietcher, com sede no Clube Comercial de São Paulo. Com o início da guerra, a MMDC engajou-se na luta e foi oficializada pelo Governo Paulista, com nova direção. Seu comando foi instalado na Faculdade de Direito de São Paulo. DAVIDOFF, Carlos H. *Revolução de 1932*. In: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós 1930*. (Verbetes selecionados). Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br>> Acesso em 11/02/2006.

²⁰ *O Estado de S. Paulo*, 23/05/1934.

²¹ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, Editora dos Tribunais, 1990.

²² *O Estado de S. Paulo*, 07/06/1934.

²³ Sobre as comemorações do aniversário da “Revolução Constitucionalista” em 1934 ver ABREU, Marcelo Santos de. As comemorações da Revolução Constitucionalista de 1932: representação do passado e construção social do espaço regional (São Paulo, 1934 – 1955). *Estudos Históricos*, RJ, nº 40, julho-dezembro de 2007, p. 158.

²⁴ Ver: SILVA, M. A. Políticas culturais na cidade de São Paulo. In: DEAECTO, Marisa M.; SECCO, Lincoln; SILVA, Marcos; GLEZER, Raquel. (Org.). *São Paulo - Espaço e História*. 1 ed. São Paulo: LCTE, 2008, v. 1, p. 193-202.

²⁵ *O Estado de S. Paulo*, 27/07/1934.

²⁶ BORGES, Vavy Pacheco. *Memória Paulista*. São Paulo: Edusp, 1997. p.77.

²⁷ MARTINS, José de B. *Álbum de Família: 1932*. São Paulo: Martins, 1954. 102p. (ilust.) (Reedição fac-similada em 1982 pelo Sistema Financeiro Haspa).

²⁸ Idem.

²⁹ Idem.

³⁰ BORGES, Vavy Pacheco. *Memória Paulista*. São Paulo: Edusp, 1997. p.77.

³¹ *CINQUENTENÁRIO da Revolução Constitucionalista de 1932*. São Paulo: Secretaria de Estado da Educação, 1982.

³² REVEL, Jacques. (org). *Jogos de escalas*. A experiência da micro-análise. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 32.

³³ Dados sobre o monumento podem ser encontrados em SILVA, Leoni F. *Minha Terra Assis*. Assis: Tipografia Nigro, 1979. Um trabalho interessante sobre o marco em Assis foi realizado pelo grupo Alexandre Simão, Anelize Vergara, Marcio A. Luz, Ricardo A. Posso e Rodrigo Bonifácio Flôr durante o curso de extensão *Patrimônio e Memória*, realizado em Assis, em 2008, sob a incumbência da prof^a. Dra. Zélia Lopes da Silva.

³⁴ Agradeço imensamente à senhora Helena R. Tucunduva, assim como à sua filha Márcia Tucunduva, pela gentil permissão para a utilização das imagens de seu acervo neste artigo, as quais conservam também a lembrança do esposo, já falecido, José Tucunduva Neto. Também sou grato pelas valiosas informações que forneceram para a identificação das

peças presentes na imagem e sobre dados fundamentais da luta pela memória de 32 em Assis.

- ³⁵ RIOUX, Jean-Pierre. A memória coletiva. RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.
- ³⁶ CHAUI, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. SP: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- ³⁷ RIOUX, Jean-Pierre. A memória coletiva. RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998; DOSSE, François. A oposição História/Memória. In: _____. *História e ciências sociais*. São Paulo-Bauru: EDUSC, 2004.
- ³⁸ NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo: Revista do Programa de Pós-Graduação em História, nº. 10, p. 7-28, dezembro de 1993.
- ³⁹ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, Editora dos Tribunais, 1990.
- ⁴⁰ POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n.10, 1992, p. 200-212.
- ⁴¹ DOSSE, François. A oposição História/Memória. In: _____. *História e ciências sociais*. São Paulo-Bauru: EDUSC, 2004. p. 176.
- ⁴² RIOUX, Jean-Pierre. A memória coletiva. RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998, p. 314.
- ⁴³ Idem, p. 309.
- ⁴⁴ Idem, p. 319.
- ⁴⁵ CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: UNESP, 2001.
- ⁴⁶ DOSSE, François. A oposição História/Memória. In: _____. *História e ciências sociais*. São Paulo-Bauru: EDUSC, 2004. p. 183.